
O PLC 116 e os serviços de televisão por assinatura no Brasil

Audiência no Senado Federal
junho de 2011

Manoel Rangel
Diretor-presidente



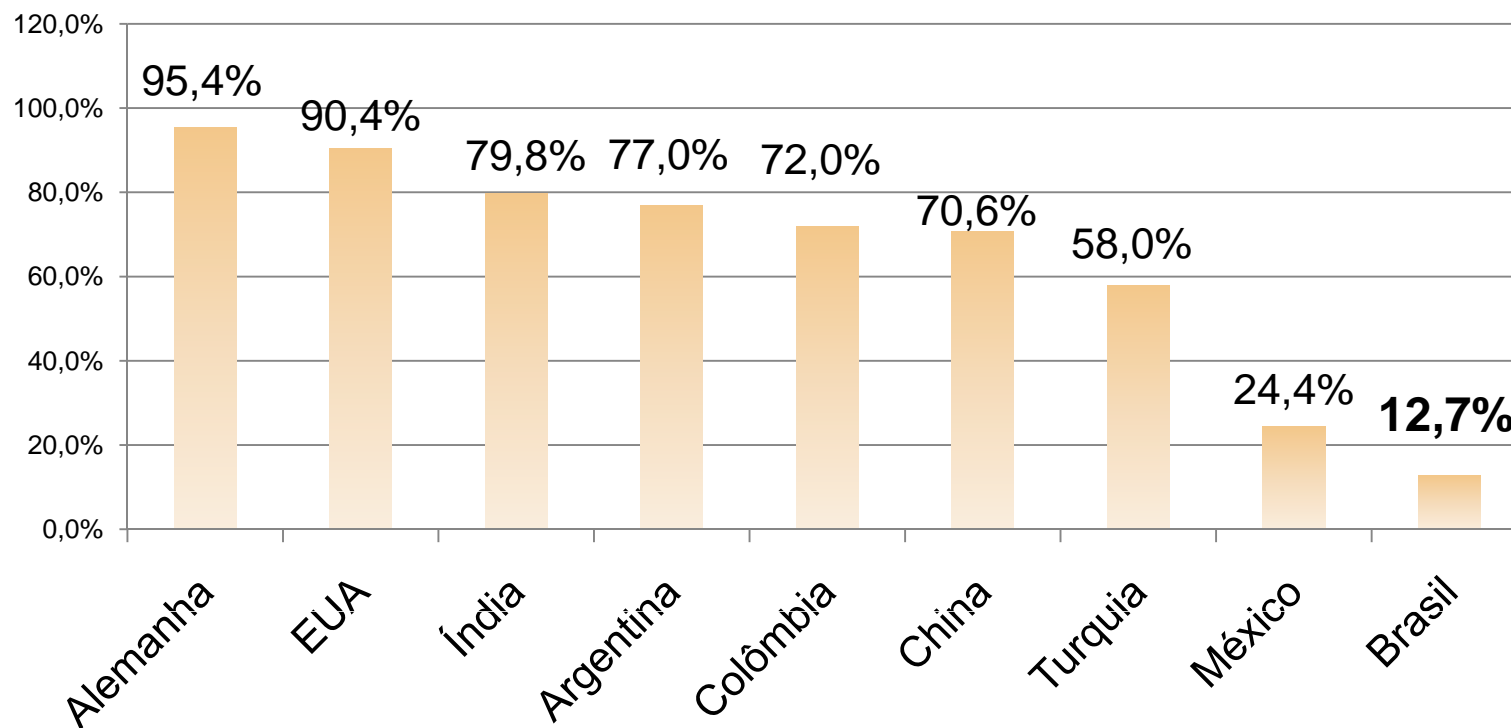
Tópicos desta apresentação

- A evolução da proposta do PLC 116 no Congresso Nacional
- O texto atual do PLC 116
- A importância do PLC 116
- Conclusão

- **A evolução da proposta do PLC 116 no Congresso Nacional**

Serviços de TV por assinatura no Brasil

Penetração da TV por assinatura sobre o total dos domicílios com TV– países selecionados (2009)



Fonte: Mídias Fatos 2009, Associação Brasileira de Televisão por Assinatura.

Nota: calculado como percentual de domicílios com aparelhos de TV

Desde 2007 o Senado debate e acompanha a tramitação da matéria

- Dois projetos de lei sobre o tema:
 - PLS 280/2007, do Sen. Flexa Ribeiro
 - PLS 182/2009, do Sen. Sérgio Guerra
- 5 audiências sobre o tema
 - 3 em 2007 (PLS 280/07) e 2 em 2010 (PLC 116)
- Ao longo de cinco anos o cenário visualizado pelo Congresso Nacional se confirmou.
 - O mercado construiu seu caminho à margem do marco regulatório e ampliou distorções.

2007, início da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados

- 4 projetos sobre a atualização do marco regulatório do setor tramitaram apensados:
 - PL 29/2007, do Dep. Paulo Bornhausen (PFL-SC), que abria o mercado de televisão por assinatura para as telefônicas;
 - PL 70/2007 do Dep. Nelson Markezelli (PTB/SP), estabelecendo parâmetros de proteção às empresas de comunicação;

2007, início da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados

- 4 projetos sobre a atualização do marco regulatório do setor tramitaram apensados:
 - PL 332/2007 dos deputados Paulo Teixeira (PT-SP), Walter Pinheiro (PT-BA) e co-autores
 - abria a cadeia de valor dos serviços de televisão por assinatura e estabelecia parâmetros para a sua regulação;
 - PL 1908/2007 do Dep. João Maia (PR-RN)
 - fixava procedimentos e critérios para a promoção do conteúdo brasileiro, da produção independente e regional;

Slide 7

MOffice7 tem de ver se cita os nomes dos deputados aqui
; 14/06/2011

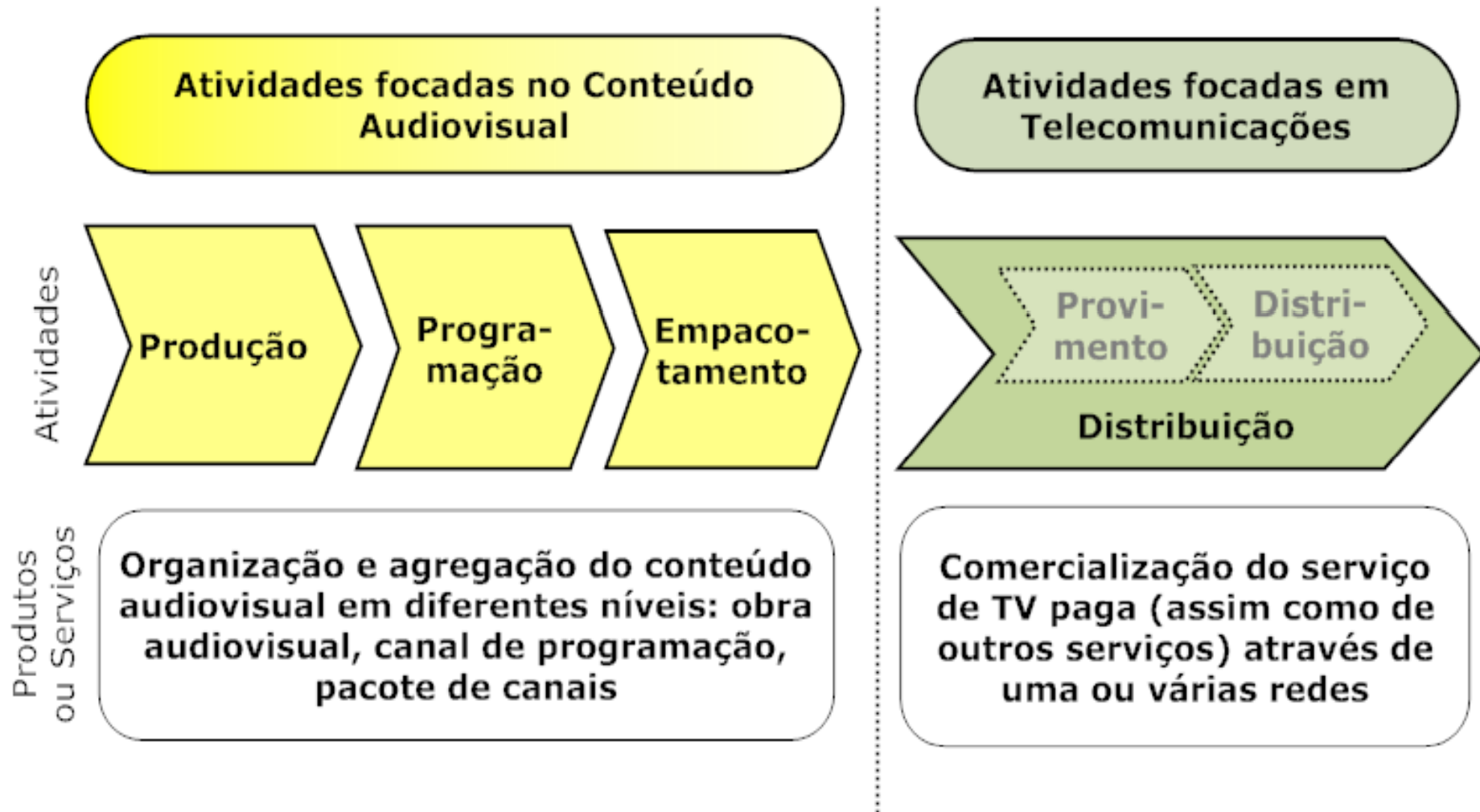
2007, primórdios do PL 29

- **1º grande nó do projeto de lei:**
 - Como abrir as redes para o capital estrangeiro e, ao mesmo tempo, garantir espaço para as empresas brasileiras de produção e programação?
 - Telefônicas x Radiodifusão

2007 – principais pontos do substitutivo da CDEIC, na Câmara

- 1) Entendimento do serviço de TV por assinatura em 2 camadas de atividades distintas: audiovisual e telecomunicações, com atuação da ANCINE e ANATEL
- 2) Restrição à atuação das telefônicas na radiodifusão, produção e programação de conteúdo audiovisual brasileiro

As camadas de atividades no PL, desde a CDEIC (2007)



2007 – principais pontos do substitutivo da CDEIC, na Câmara

- 3) Restrição às telefônicas na contratação de talentos e eventos brasileiros
- 4) Restrição a atuação das empresas de radiodifusão como operadoras de telecomunicações
- 5) Cotas: os pacotes deveriam conter o mínimo de 50% de conteúdo nacional, a ser disciplinado pelo poder executivo.

2008: o PL 29 na CCTCI

- Principais pontos dos relatórios do Dep. Jorge Bittar
 - 1) Cotas incidentes sobre a atividade de programação:
 - Cerca de 3 horas semanais em determinados canais
 - 2) Fundo de fomento para conteúdos audiovisuais brasileiros

2008 o PL na CCTCI da Câmara

- Novos relatórios do Dep. Jorge Bittar
 - 3) Cotas incidentes sobre a atividade de empacotamento:
 - Canais programados por empresas nacionais, com elevada participação de conteúdos audiovisuais brasileiros (máximo de 12 canais)
 - 4) + 1 canal de jornalismo
 - 5) Progressividade no cumprimento das cotas

2008: Novo nó na CCTCI da Câmara

- **Novo nó:** quem ocupará o espaço dentro das cotas estabelecidas?
 - Conflitos em torno das cotas nos canais: empresas de radiodifusão produtoras de conteúdos x produtoras independentes
 - Conflitos em torno das cotas nos pacotes: programadora brasileira estabelecida x entrantes na atividade de programação

PLC 116: a evolução da proposta

- Passagem pela CDC (set. 2008) e volta para a CCTCI (set. 2009)
- Em todo o processo, algumas propostas pró-competição foram abandonadas:
 - determinação de poder de mercado significativo no âmbito do audiovisual
 - oferta não discriminatória – e em bases individuais – de conteúdos audiovisuais e canais relevantes
 - Impedimento de acordos de exclusividade

- **O texto atual do PLC 116**

PLC 116 é fruto de acordo político sacramentado na CCTCI em dez 2009

- Acordo longamente costurado pelo Dep. Paulo Lustosa (PMDB-CE) e uma comissão de deputados pluripartidária.
 - Aprovado com apoio de todos os partidos
 - Texto foi terminativo nas Comissões
- Texto herdou da CDEIC (2007):
 - Regulação por camadas de atividades
 - Restrição às telefônicas na camada do conteúdo

PLC 116 é fruto de acordo sacramentado no CCTCI em dez 2009

- Texto herdou dos relatórios da CCTCI (2008):
 - Cotas em determinados canais (3h30 semanais)
 - Espaço para a produção independente
 - Cotas de canais brasileiros nos pacotes
 - Espaço para canais independentes
 - Fundo de fomento
 - Canal de jornalismo adicional no pacote
 - Progressividade na aplicação das cotas

PLC 116: as novidades acrescentadas no relatório da CCTCI de dez. 2009

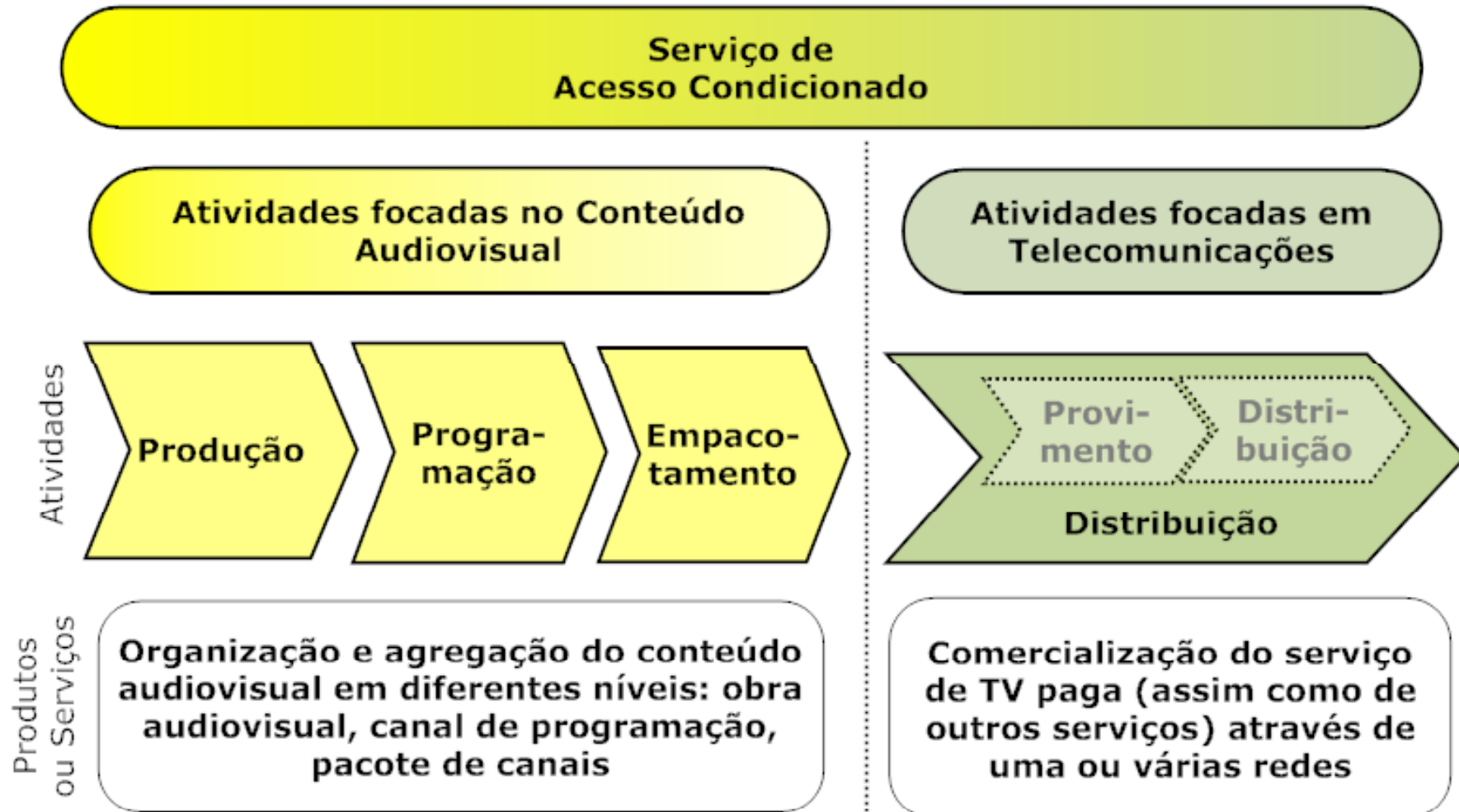
- Deixou de fora a internet
- Simplificação na aplicação de cotas
- 30 % do fundo de fomento aplicado no NO, NE e CO
- Máximo de publicidade idêntico ao praticado nos canais abertos
- Proteção da publicidade feita no Brasil
- Regras de transição melhor equacionadas
- Divisão mais clara das atribuições entre Ancine e Anatel

- **A importância do PLC 116**

Legislação flexível e adequada aos desafios do futuro

- Duas camadas de atividades: regulação por camadas
 - Entendimento de uma cadeia de atividades distintas, necessárias à configuração do serviço
 - Uma mesma empresa pode ocupar-se de duas ou mais atividades e, assim, estará sujeita aos condicionantes regulatórios para cada uma das atividades que desempenha.
 - Ao focar em atividades – e não em empresas específicas – os instrumentos de política pública ganham em flexibilidade, em qualquer tempo.

As camadas de atividades no PLC 116



Importância da aprovação do PLC 116

- Grande demanda de legislação que dê conta da convergência
 - 1º normativo a tocar em um assunto em que o Brasil está atrasado em termos mundiais
- Texto que chegou ao Senado é equilibrado
 - Extensa negociação em quase 4 anos
- Cria condições adicionais para a universalização do acesso banda larga à internet
 - Investimentos em redes se justificam economicamente com o *triple play*

Importância da aprovação do PLC 116

- O PLC promove o aumento do acesso à diversidade cultural mundial e brasileira, da cidadania e da liberdade de escolha.
- O PLC possibilita a geração de empregos qualificados e o fortalecimento do Brasil enquanto produtor audiovisual de relevância mundial.

Importância da aprovação do PLC 116

- Mecanismo de proteção ao conteúdo cultural nacional em consonância com o que é praticado em outros países democráticos e de livre mercado:
 - ❑ Cotas é de cerca de 50% em todos os países europeus, Canadá, Austrália e Coreia do Sul
 - ❑ EUA proibiram, entre 1970 e 1996, os canais de TV de exibir qualquer conteúdo que não fosse independente, à exceção de telejornais
 - ❑ Consonância com a Convenção da Diversidade Cultural, da UNESCO, ratificada pelo Senado Brasileiro em dezembro de 2006

Sobre as cotas

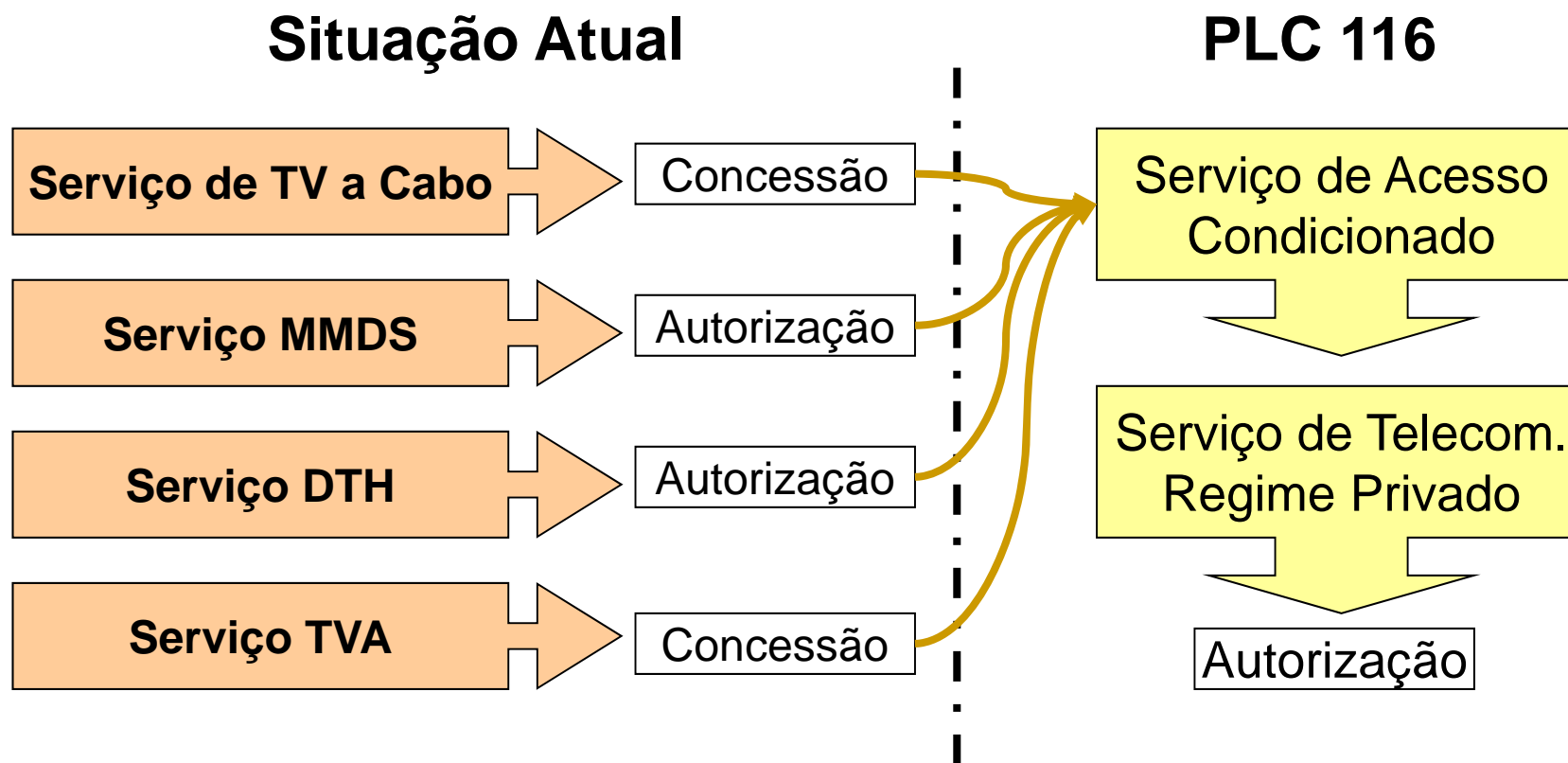
- Referência no conceito de “espaço qualificado”, que são os conteúdos de maior valor agregado, com maior carga cultural e que geram mais empregos, além de serem conteúdos passíveis de exportação.
 - basicamente longas-metragens, seriados de ficção ou documentário, animação (art. 2º, inciso XII)
- A “cota canal” (art. 16) prevê que os canais cuja programação é constituída, no horário nobre (6h/dia), de espaço qualificado, devem veicular 3h30 semanais de conteúdos brasileiros
 - 1h10 no primeiro ano de vigência

Sobre as cotas

- A “cota pacote” (art. 17) prevê que os pacotes entregues aos consumidores devem contar com 1 canal brasileiro de espaço qualificado (mínimo de 21h semanais de conteúdos brasileiros que constituam espaço qualificado, no horário nobre) para cada 3 canais estrangeiros de perfil semelhante, até o limite de 12 canais brasileiros no pacote.
 - 1º ano: proporção de 1 brasileiro para 9 estrangeiros
- Haverá 3 anos de transição até que as cotas sejam integralmente atingidas

- **Concluindo**

Um único serviço, uma única outorga



Um único serviço, várias atividades, diversos condicionantes

- Empresas de atividade de distribuição, recebem outorga dada pela ANATEL
 - Liberdade irrestrita de participação do capital estrangeiro, autorização para as teles com mudança nos contratos de STFC; normas do *must carry*
- Empresas de atividades da camada do audiovisual precisam se credenciar na ANCINE
 - Atividades de programação e empacotamento devem ter gestão de brasileiros, enviar informações à ANCINE e cumprir as cotas específicas

Um único serviço, várias atividades, diversos condicionantes

- *Enforcement* conjunto das agências
 - Regulação e *enforcement* conjunto sobre o serviço, considerando que o disciplinamento de uma camada pode interferir no exercício das atividades pertencentes à outra camada.

Uma regulamentação convergente para os serviços de comunicação audiovisual

- Ambiente competitivo, em benefício do consumidor de serviços audiovisuais;
- Ambiente propício ao investimento privado, nas atividades das duas camadas;
- Novos atores, especialmente programadores brasileiros voltados para a TV por assinatura e para as novas mídias, comprometidos com a veiculação de conteúdo audiovisual brasileiro;

Uma regulamentação convergente para os serviços de comunicação audiovisual

- Aumento da diversidade e da oferta de conteúdo brasileiro (independente e regional, inclusive) ao cidadão/consumidor;
- Menor necessidade de recursos públicos para apoiar a produção audiovisual nacional;
- A pujança no mercado brasileiro como alavanca para a inserção do conteúdo audiovisual brasileiro e das empresas brasileiras de audiovisual no mundo.

Obrigado!



Agência Nacional do Cinema

Escritório Central

Av. Graça Aranha, 35 - Centro

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20030-002

Tel.: (21) 2292-8955 / 2240-1400

www.ancine.gov.br

